

**Associação Social Agostiniana**

CNPJ.: 42.186.791/0001-36

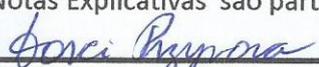
Rua Nossa Senhora das Graças, 1260 - Rio de Janeiro/RJ

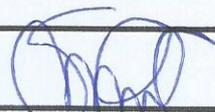
**Balanco Patrimonial**  
**em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
(em reais)

<b>Ativo</b>	<b>N. E</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Circulante</b>			
Caixa		66.814,52	51.006,82
Bancos - (Recursos sem Restrição)		90.144,53	29.217,24
Aplicações Financeiras		1.885.399,48	0,00
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>4.a/16</b>	<b><u>2.042.358,53</u></b>	<b><u>80.224,06</u></b>
Contas a Receber - Mensalidades Escolares	4.b/5	249.455,68	176.505,75
Adiantamento a empregados		830,70	4.176,78
Adiantamento a fornecedores		39.763,13	0,00
Demais ativos circulantes		67.397,08	13.909,15
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>4.c</b>	<b><u>2.399.805,12</u></b>	<b><u>274.815,74</u></b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo	6.1	2.867,64	1.844.244,45
Investimentos	6.2	20.962,02	0,00
Imobilizado sem restrição	6.3	15.182.798,98	15.689.619,56
<b>Total Ativo Não Circulante</b>		<b><u>15.206.628,64</u></b>	<b><u>17.533.864,01</u></b>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u><u>17.606.433,76</u></u></b>	<b><u><u>17.808.679,75</u></u></b>

<b>Passivo</b>	<b>N. E</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>Circulante</b>			
	<b>4.c.f/7</b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias		169.680,12	114.536,63
Provisões		35.750,39	107.836,08
Contas a pagar - Fornecedores de materias de serviços		34.024,80	117.476,96
Adiantamento de mensalidades		213.228,20	55.813,20
Demais passivos circulantes		3.458,84	0,00
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b><u>456.142,35</u></b>	<b><u>395.662,87</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
	<b>8</b>		
Patrimônio Social	8	5.024.093,26	5.319.317,09
Reserva de Reavaliação	8 e 9	11.871.654,82	12.388.923,62
Superávit (déficit) dos exercícios	8 e 10	254.543,33	- 295.223,83
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>17.150.291,41</u></b>	<b><u>17.413.016,88</u></b>
<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u><u>17.606.433,76</u></u></b>	<b><u><u>17.808.679,75</u></u></b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

  
**DARCI NELSON PRZYVARA - PRESIDENTE**  
 CPF.: 840.556.269-91

  
**SIMONE DUARTE DA COSTA - CONTADORA**  
 CPF.: 863.753.187-34 CRC/RJ.: 067538/O-0

**ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA**

Rua Nossa Senhora das Graças, 1260

Rio de Janeiro/RJ - CEP - 21.031-612

CNPJ nº 42.186.791/0001-36

**Demonstração do Resultado do Período em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Comparativo) em Reais**

	Notas Explicativas	2018		2017			
		Educação	Religiosa	TOTAL	Educação	Religiosa	TOTAL
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>							
Receitas de Mensalidades		5,675,368.32	1,259,295.22	6,934,663.54	3,070,741.33	1,806,087.51	4,876,828.84
Outras Receitas de Serviços Escolares		4,799,503.00	-	4,799,503.00	2,882,106.39	0.00	2,882,106.39
Receitas de Donativos	13	298,029.42	-	298,029.42	107,968.39	0.00	107,968.39
<b>(-) DEDUÇÃO DAS RECEITAS</b>							
(-) Bolsas de Estudos Integrais 100%		577,835.90	1,259,295.22	1,837,131.12	80,666.55	1,806,087.51	1,886,754.06
(-) Bolsas de estudos Parciais 50%	21	(2,246,545.98)	-	(2,246,545.98)	(1,285,688.95)	-	(1,285,688.95)
(-) Bolsas Integrais conforme Conv. Coletiva	21	(768,666.30)	-	(768,666.30)	(449,850.87)	-	(449,850.87)
(-) Devoluções e Descontos		(181,164.80)	-	(181,164.80)	(143,631.60)	-	(143,631.60)
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>							
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>							
Custos Materiais p/Prestação Serviços		3,428,822.34	1,259,295.22	4,688,117.56	1,785,052.38	1,806,087.51	3,591,139.89
Custos com Pessoal		(2,876,826.34)	-	(2,876,826.34)	(1,796,148.30)	-	(1,796,148.30)
Custos com Serviços de Terceiros		(515,660.61)	-	(515,660.61)	(344,522.19)	-	(344,522.19)
Custos c/Localização e Funcionamento		(1,886,147.12)	-	(1,886,147.12)	(1,202,759.65)	-	(1,202,759.65)
Custos com Publicidade e Propaganda		(186,360.02)	-	(186,360.02)	(20,353.50)	-	(20,353.50)
Custos com Tributos		(238,067.77)	-	(238,067.77)	(160,830.58)	-	(160,830.58)
Custos com Provisão para Perdas		(7,320.00)	-	(7,320.00)	(1,755.00)	-	(1,755.00)
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>							
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>							
Despesas com Pessoal		(14,719.24)	-	(14,719.24)	(65,927.38)	-	(65,927.38)
Despesas com Serviços de Terceiros		(28,551.58)	-	(28,551.58)	0.00	-	-
Despesas c/Localiz. e Funcionamento		551,996.00	1,259,295.22	1,811,291.22	(11,095.92)	1,806,087.51	1,794,991.59
Despesas c/Publicidade e Propaganda		(841,490.95)	(1,387,262.57)	(2,228,753.52)	(701,196.25)	(2,145,368.04)	(2,846,564.29)
Despesas com Pessoal		(55,600.00)	(197,168.42)	(197,168.42)	-	(220,854.55)	(220,854.55)
Despesas com Serviços de Terceiros		-	(11,605.43)	(67,205.43)	(178,742.35)	(22,707.00)	(201,449.35)
Despesas c/Localiz. e Funcionamento		-	(221,640.19)	(221,640.19)	-	(272,383.98)	(272,383.98)
Despesas c/Publicidade e Propaganda		-	(9,433.59)	(9,433.59)	-	(21,323.25)	(21,323.25)
Despesas com Tributos		(146,111.34)	(44,625.08)	(190,736.42)	(103,890.77)	(55,751.33)	(159,642.10)
Despesa de depreciação do imobilizado		(311,350.77)	(596,201.75)	(907,552.52)	(119,749.12)	(777,966.30)	(897,715.42)
Demais Despesas	6.3	(328,428.84)	(306,588.11)	(635,016.95)	(298,814.01)	(774,381.63)	(1,073,195.64)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>							
Receitas Financeiras		(214.17)	102,065.72	101,851.55	6,268.52	162,783.95	169,052.47
Despesas Financeiras		23,220.59	108,210.46	131,431.05	21,495.66	168,896.68	190,392.34
<b>OUTRAS DESP./REC. OPERACIONAIS</b>							
Receitas Patrimoniais		(23,434.76)	(6,144.74)	(29,579.50)	(15,227.14)	(6,112.73)	(21,339.87)
<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO</b>	8.a/10						
		(289,709.12)	26,983.65	(262,725.47)	(689,523.65)	(148,496.58)	(838,020.23)

**Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Comparativo) em Reais**

	Notas	2018 - CONSOLIDADO	2017 - CONSOLIDADO
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	8.a	(262,725.47)	(838,020.23)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	8.c	517,268.80	542,796.40
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	8	<b>254,543.33</b>	<b>(295,223.83)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

Rio de Janeiro, 31 de dezembro 2018

*Darci Przyvara*  
**DARCI NELSON PRZYVARA**  
 PRESIDENTE  
 CPF.: 840.556.269-91

  
**SIMONE DUARTE DA COSTA**  
 CONTADORA  
 CRC/RJ: 067.538/O

**ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA**

CNPJ 42.186.791/0001-36

Rua Nossa Senhora das Graças, 1260 - Ramos - Rio de Janeiro/RJ

**DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA CORRESPONDENTE AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.****MÉTODO INDIRETO**

	N.E.	2018 R\$	2017 R\$
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
( + / - ) Superávit / Déficit do período	8	(262,725.47)	(838,020.23)
<b>Ajustes para conciliar resultado às disponib. geradas nas atividades</b>			
( + / - ) Depreciações	6.3	907,552.52	897,715.42
<b>Superávit ou Déficit Ajustado</b>		<b>644,827.05</b>	<b>59,695.19</b>
<b>Variações nos ativos e passivos circulantes</b>			
( + / - ) Variação nos créditos a receber		(162,854.91)	652,213.15
( + / - ) Variação nos fornecedores		(139,265.36)	82,886.76
( + / - ) Variação nas obrigações trabalhistas		(17,748.37)	(17,502.18)
( + / - ) Variação nas obrigações tributárias		806.17	193.87
( + / - ) Variação das mensalidades antecipadas		213,228.20	-
( + / - ) Variação nos cheques não compensados		1,412.09	-
( + / - ) Variação nas aplicações a longo prazo		1,841,376.81	-
<b>( = ) Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais</b>		<b>2,381,781.68</b>	<b>777,486.79</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
( - ) Compra/aumento de imobilizado/intangível/investimentos	6.3	(493,308.68)	(995,646.17)
( + ) Venda/baixa de imobilizado/intangível/investimentos	6.3	71,614.72	137,939.93
<b>( = ) Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas ativ. de investimentos</b>		<b>(421,693.96)</b>	<b>(857,706.24)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
( + ) Empréstimos obtidos		2,046.75	-
( - ) Empréstimos pagos		-	-
<b>( = ) Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas ativ. de financiamento</b>		<b>2,046.75</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Diminuição) do Caixa e Caixa Equivalente do Período</b>		<b>1,962,134.47</b>	<b>(80,219.45)</b>
<b>Caixa e Caixa Equivalente no início do período</b>		<b>80,224.06</b>	<b>160,443.51</b>
<b>Caixa e Caixa Equivalente no final do período</b>		<b>2,042,358.53</b>	<b>80,224.06</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro/RJ, 31 de dezembro de 2018.

  
**DARCI NELSON PRZYVARA**  
Presidente  
CPF nº 840.556.269-91

  
**SIMONE DUARTE DA COSTA**  
CRC RJ 067538/O  
CPF nº 863.753.187-34

**ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA**

CNPJ.: 42.186.791/0001-36

RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS Nº 1260

CEP.: 21031-612 - RAMOS - RIO DE JANEIRO- RJ

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	N.E.	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 01/01/2017</b>		<b>5,486,057.72</b>	<b>- 166,740.63</b>	<b>12,931,720.02</b>	<b>18,251,037.11</b>
Transf.def.período de 2016		- 166,740.63	166,740.63	-	-
Transf.vlr incorp.Res.Reav.		-	542,796.40	542,796.40	-
Sup/Def Período de 2017		-	- 838,020.23	-	- 838,020.23
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>8.a.b.c</b>	<b>5,319,317.09</b>	<b>- 295,223.83</b>	<b>12,388,923.62</b>	<b>17,413,016.88</b>
<b>Saldo em 01/01/2018</b>		<b>5,319,317.09</b>	<b>- 295,223.83</b>	<b>12,388,923.62</b>	<b>17,413,016.88</b>
Transf.def.período de 2017	8.a.b	- 295,223.83	295,223.83	-	-
Transf.vlr incorp.Res.Reav.	8.a.c	-	517,268.80	517,268.80	-
Sup/Def Período de 2018	8.a	-	- 262,725.47	-	- 262,725.47
<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>8</b>	<b>5,024,093.26</b>	<b>- 254,543.33</b>	<b>11,871,654.82</b>	<b>17,150,291.41</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.



**SIMONE DUARTE DA COSTA**  
CONTADORA

CRC/RJ.: 067.538/O-0

CPF.: 863.753.187-34



**DARCI NELSON PRZYVARA**  
PRESIDENTE

CPF.: 840.556.269-91

# ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA

CNPJ nº 42.186.791/0001-36

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA, é uma associação civil, consoante a Lei nº 10.406/2002, artigo 53, de direito privado, de caráter educativo e confessional, beneficente sem fins lucrativos, tendo como atividade preponderante a Educação, com Estatuto Social primitivo registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, em 28 de julho de 1961, registrado sob número de ordem 8692 do livro A-5, protocolo 21.812/IA/2, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 42.186.791/0001-36.

A Entidade tem por finalidade, promover a educação com prioridade para a Educação do Ensino Fundamental e Ensino Médio, de forma contínua e permanente, respeitando o princípio da universalidade do atendimento, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo-lhe permitido para tanto: I - promover a educação infantil, fundamental e médio; II - promover atividades educacionais de assistência social e cultural; III - desenvolver a educação cidadã, o amparo à juventude através de projetos; IV - dedicar-se as obras de promoção humana, beneficente e religiosa; V - promover a concessão de gratuidades integrais e/ou parciais, com aferição de seus custos, através de seus serviços e na utilização de seus bens móveis e imóveis ao atendimento de seus assistidos e destinatários e na proporção da coletividade e do bem comum; VI - desenvolver atividades e a promoção de voluntariado na forma da Lei.

### NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2018, a Entidade adotou a Lei 11.638/2007, a Lei 11.941/09 que alteraram os artigos da Lei 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.185/2009 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

### NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número

de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão anexadas a “ECD – Escrituração Contábil Digital” da Entidade e posteriormente enviado ao sistema SPED. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

#### **NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03 – R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.185/2009 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

**b) Ativo circulante - mensalidades a receber:** As mensalidades a receber de alunos são registradas pelo valor faturado.

**c) Ativos e passivos circulantes:** os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quanto aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

**d) Imobilizado:** As contas do ativo imobilizado da entidade foram avaliados a valor justo em exercícios anteriores. As aquisições posteriores foram registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzida a depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa quando incorrido.

**e) Depreciações:** foram calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pela legislação em vigor.

**f) Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

**g) Provisão para férias e encargos:** As férias bem como os seus encargos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

*Darci*

*AL*

**h) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

**i) As receitas e as despesas:** foram apropriadas pelo princípio de competência. As receitas e despesas são reconhecidas, respeitando todas as normas contábeis.

**j) Apuração do resultado:** o resultado foi apurado segundo o princípio de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

**k) Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulantes. Os valores exigidos após o exercício seguinte foram classificados como longo prazo.

**l) Provisões:** Uma provisão é constituída no balanço, quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico, seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **NOTA 05 – CONTAS A RECEBER - MENSALIDADES ESCOLARES**

São contabilizados inicialmente pelo valor da contraprestação a ser recebida e subsequente, sendo deduzido das perdas em crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização dos créditos dos títulos vencidos.

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contas a receber - mensalidades	278.007,26	176.505,75
(-) Provisão para perda sobre Créditos	(28.551,58)	0,00
<b>(=) Total a receber</b>	<b>249.455,68</b>	<b>176.505,75</b>

#### **NOTA 06 – ATIVO NÃO CIRCULANTE**

##### **6.1 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

O saldo de 2018 se refere a Título de Capitalização do Bando Itaú. Em 2018 os valores de aplicações foram reclassificados para o Ativo Circulante devido a previsão de resgates de curtíssimo prazo.

##### **6.2 - INVESTIMENTOS**

Está constituído de quotas na Cooperativa SICOOB e SICREDI em razão da manutenção de conta corrente nos referidos estabelecimentos financeiros.

##### **6.3 - IMOBILIZADO**

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado da entidade foram avaliados ao Valor Justo no ano de 2010. As demais aquisições foram registradas pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzidos da depreciação. Demonstra-se a seguir, as variações ocorridas no imobilizado da entidade em 2018.

*Sane*

## VARIAÇÕES OCORRIDAS NO IMOBILIZADO – 2018 E 2017

GRUPO DE CONTAS	TX. DEPRE C.	RESIDUAL 2017	2018			RESIDUAL 2018
			AQUISIÇÕES	BAIXAS	DEPREC.	
IMÓVEIS - TERRENOS	-	1.916.000,00	0,00	0,00	0,00	1.916.000,00
IMÓVEIS - BENFEITORIAS	4%	10.636.500,81	57.885,38	0,00	52.340,76	10.642.045,43
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	31.951,96	7.709,90	0,00	11.215,50	28.446,36
EQUIP. DE COMUNICAÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	20%	1.100,54	0,00	0,00	1.100,54	0,00
VEÍCULOS	10%	467.073,13	143.962,16	0,00	61.064,46	549.970,83
BENS DIVERSOS	20%	258.338,66	232.000,00	71.614,72	129.585,63	289.138,31
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	25.392,85	0,00	0,00	1.505,33	23.887,52
CONSTRUÇÕES	10%	160.392,79	9.655,22	0,00	38.728,11	131.319,90
MOVEIS P/ COLEGIO	4%	2.068.471,82	0,00	0,00	587.132,79	1.481.339,03
TOTAL	20%	124.397,00	21.134,00	0,00	24.879,40	120.651,60
	-	15.689.619,56	472.346,66	71.614,72	907.552,52	15.182.798,98

### NOTA 07 – DAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas nos prazos e as provisionadas estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo de fornecedores, obrigações trabalhistas e tributárias, bem como a provisões sociais.

### NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido com saldo inicial de **R\$ 17.413.016,88** passou a **R\$ 17.150.291,41**, tendo ocorrido, no decorrer do exercício, as seguintes modificações:

- a) **Superávit ou Déficit Acumulado:** Com saldo inicial de **(R\$ 295.223,83)**, passou para **R\$ 254.543,33** pelas seguintes operações: transferência do saldo da conta superávit ou déficit do período de 2017 para o Patrimônio Social no valor de **R\$ 295.223,83**; realização da reserva de reavaliação pela depreciação ou baixa de bens no valor de **R\$ 517.268,80** e absorção do déficit do período de 2018 no montante de **(R\$ 262.725,47)**;
- b) **Patrimônio Social:** Com saldo inicial de **R\$ 5.319.317,09** passou para **R\$ 5.024.093,26**, pela transferência do saldo da conta superávit ou déficit do período de 2017, no valor de **(R\$ 295.223,83)**;
- c) **Reservas de reavaliação:** Com saldo inicial de **R\$ 12.388.923,62** passou para **R\$ 11.871.654,82**, pela realização da reserva de reavaliação bens pela depreciação e/ou baixa de bens em 2018 no valor de **(R\$ 517.268,80)**.

### NOTA 09 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Conforme Lei 11.638/07, art. 6º e Resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG 13) as contas que abrigam essas reavaliações efetuadas sobre bens do ativo, terão seus saldos mantidos até a sua efetiva realização (através da venda de bens, depreciação ou amortização). Em respeito ao princípio de competência, os saldos desta conta estão sendo realizados através da depreciação, amortização ou baixa de bens.

### NOTA 10 – RESULTADO DO PERÍODO

O déficit do período de 2017 foi e o do período de 2018 será absorvido pelo patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros em seu item 15.

#### **NOTA 11 – CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS**

As receitas da entidade foram classificadas em receitas da atividade educacional, outras receitas da atividade educacional e receita diversas. Os custos e as despesas foram classificados como Custos da atividade educacional, despesas da atividade educacional, outras despesas da atividade educacional e outras despesas.

#### **NOTA 12 – DOS RECURSOS**

Os recursos da entidade foram aplicados nas finalidades institucionais de conformidade com o Estatuto, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

#### **NOTA 13 – CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS**

A entidade recebeu em 2018 contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas no montante de R\$ 1.837.131,12 e em 2017 o montante recebido foi de R\$ 1.886.754,06 sem restrição.

#### **NOTA 14 – PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES**

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, que aprovou a NBC TG 25 – R2, a administração da entidade entendeu não ser necessário o registro contábil de contingências ativas e/ou passivas, por não existir, até a data do balanço, processos com possíveis ou prováveis perdas.

#### **NOTA 15 – SEGUROS CONTRATADOS**

A entidade mantém seguros para os bens do imobilizado, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos, decorrentes de suas atividades.

#### **NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método adotado pela entidade na elaboração do Fluxo de Caixa foi o indireto.

#### **NOTA 17 – AJUSTE A VALOR PRESENTE RESOLUÇÃO**

Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda, em atendimento as legislações supracitadas, a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos

contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu não ser necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC N° 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

#### **NOTA 18 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

Conforme a Resolução 1.292/10 (R4), a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu não ser necessário testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2018. A diretoria avaliou essa condição e pelo fato de não haver mudanças significativas no cenário econômico, tampouco nos bens da entidade, optou por não executar o teste de recuperabilidade. Para o exercício de 2019, a entidade fará um diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas – Impairment e se necessário encaminhará sua realização.

#### **NOTA 19 - REQUISITOS DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA**

**A ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA** é uma associação civil de direito privado, de caráter educacional, religioso, assistencial e sem fins lucrativos, tendo como atividade preponderante a Educação. É imune a incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e, c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades legais.

#### **NOTA 20 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE**

A entidade é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu estatuto social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

#### **NOTA 21 – DA CONCESSÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADES**

A Entidade aplicou no ano de 2018, recursos em gratuidades no montante de R\$ 949.831,10 e em 2017 o valor aplicado foi de R\$ 593.482,47.

#### **NOTA 22 – APLICAÇÃO EM GRATUIDADES**

Em 2018 e em 2017, em atendimento a Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, Decreto nº 8.242/2014 e portaria normativa nº 15 do Ministério da Educação, a entidade concedeu bolsas de estudo na proporção mínima de uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes e como complementação concedeu bolsas parciais de 50% totalizando o previsto na legislação de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes.

#### **NOTA 23 – PROPORCIONALIDADE DE 1 (UMA) BOLSA DE ESTUDOS INTEGRAL A CADA 9 (NOVE) ALUNOS PAGANTES:**

DESCRIÇÃO	Alunos 2018	Alunos 2017
Total de alunos matriculados	625	439
(-) Alunos com bolsa de 100%	92	68



(-) Alunos 100% - Desc.filhos de funcionários	41	28
<b>(=) Alunos Pagantes</b>	<b>492</b>	<b>343</b>
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	55	39
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	92	68

**NOTA 24 – PROPORCIONALIDADE DE 1 (UMA) BOLSA DE ESTUDOS INTEGRAL A CADA 5 (CINCO) ALUNOS PAGANTES:**

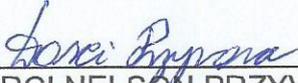
DESCRIÇÃO	Alunos 2018	Alunos 2017
Total de alunos matriculados	625	439
(-) Alunos com bolsa de 100%	92	68
(-) Alunos 100% - Desc.filhos de funcionários	41	28
<b>(=) Alunos Pagantes</b>	<b>492</b>	<b>343</b>
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	99	69
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	92	68
<b>Bolsas Integrais a Conceder</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
Bolsas Sociais 50%	49	45
Utilização das Bolsas Sociais de 50%	24	22
<b>Bolsas Sociais Integrais a Conceder</b>	<b>99</b>	<b>69</b>
<b>Bolsas Sociais Integrais Concedidas</b>	<b>116</b>	<b>90</b>

**NOTA 25 – ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA**

Conforme o artigo 29 da Lei nº. 12.101/09, a entidade beneficente certificada faz jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstramos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período.

Descrição	2018	2017
INSS – Quota Patronal 20%	410.284,89	284.722,84
INSS – Rat	20.514,25	14.236,14
INSS - Terceiros	118.733,92	68.178,19
<b>TOTAL</b>	<b>549.533,06</b>	<b>367.137,17</b>

Rio de Janeiro/RJ, 31 de dezembro de 2018.

  
 \_\_\_\_\_  
 DARCI NELSON PRZYVARA  
 PRESIDENTE  
 CPF: 840.556.269-91

  
 \_\_\_\_\_  
 SIMONE DUARTE DA COSTA  
 CONTADORA  
 CRC/RJ.: 067.538/O-0



Auditores Associados

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À  
Diretoria da  
ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA  
Rio de Janeiro – RJ

### 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO SOCIAL AGOSTINIANA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### 4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## 5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as



eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

## 6. OUTROS ASSUNTOS

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 8 de junho de 2018, o qual não conteve qualquer modificação.

\* \* \*

Porto Alegre, 23 de julho de 2019



Nilton Antonio Tiellet Borges  
Contador CRC RS-015233/O-8 S-RJ - CNAI 81  
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722  
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples  
CRC RS-004240/O-1 S-RJ  
CNPJ 05.750.330/0001-18